

MARIA IMMACOLATA VASSALLO DE LOPES

O campo da comunicação:

**MARIA IMMACOLATA
VASSALO DE LOPES**
é professora da Escola
de Comunicações e Artes
da USP.



reflexões sobre seu estatuto disciplinar

“Inscrever na ordem do dia a multidisciplinaridade. Não aquela das grandes construções prometidas de uma nova Enciclopédia, mas aquela que provoca o encontro ao redor de um mesmo objeto de estudo de pesquisadores pertencendo a metodologias múltiplas. Estabelecer com eles alianças, aproveitando o prestígio atual da comunicação e prevenindo-se contra as tendências à hegemonia das antigas disciplinas” (Armand Mattelart).

Em texto anterior e mesmo em pesquisa empírica recém-terminada (Lopes, 1998 e 1999), exploramos algumas questões epistemológicas e metodológicas acerca da pesquisa de comunicação com base nas propostas de convergência e de sobreposição de temas e metodologias que se fazem notar de forma crescente na literatura atual, tanto por parte de pesquisadores da comunicação como das ciências sociais e humanas. Essas propostas podem ser identificadas como constituintes de um movimento contemporâneo crítico da compartimentação disciplinar que foi sendo construída ao longo da história dessas ciências. Mais impor-

tante é que, além de serem polêmicas, essas propostas são concretas e factíveis e visam uma reestruturação disciplinar das ciências sociais e humanas, com base na abertura e revisão das suas estruturas de conhecimento. É uma “chamada para um debate sobre o paradigma”, como diz Wallerstein (1991).

Partimos de uma definição formal e abrangente do que seja o campo acadêmico da comunicação: um conjunto de instituições de nível superior destinado ao estudo e ao ensino da comunicação e onde se produz a teoria, a pesquisa e a formação universitária das profissões de comunicação. Isso implica dizer que nesse campo podem ser identificados vários subcampos: 1) o científico, que implica em práticas de produção de conhecimento: a pesquisa acadêmica tem a finalidade de produzir conhecimento teórico e aplicado (ciência básica e aplicada) através da construção de objetos, metodologias e teorias; 2) o educativo, que se define por práticas de reprodução desse conhecimento, ou seja, através do ensino universitário de matérias ditas de comunicação; e 3) o profissional, caracterizado por práticas de aplicação do conhecimento e que promove vínculos variados com o mercado de trabalho (1).

Analisando essa definição inicial sobre o campo acadêmico da comunicação, é preciso explicitar os seguintes pontos: 1) o sentido da noção de campo e de campo acadêmico; 2) o problema da herança disciplinar dos estudos de comunicação; e 3) a questão da institucionalização das ciências sociais.

O SENTIDO DA NOÇÃO DE CAMPO E DE CAMPO ACADÊMICO

A produção da ciência depende intrinsecamente das suas condições de produção. Estas são dadas pelo contexto discursivo que define as condições epistêmicas de produção do conhecimento e pelo contexto social que define as condi-

ções institucionais e sociopolíticas dessa produção. A autonomia relativa do “tempo lógico” da ciência em relação ao “tempo histórico” é que faz da sociologia da ciência ou do conhecimento um instrumento imprescindível para “dar força e forma à crítica epistemológica ou crítica do conhecimento, pois permite revelar os supostos inconscientes e as petições de princípios de uma tradição teórica” (Bourdieu, 1975, p. 99).

É dentro dos marcos da sociologia da ciência que Pierre Bourdieu desenvolve sua noção de campo científico. De antemão, vale-se de sua noção de campo: “Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar este campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias” (Bourdieu, 1997, p. 57). Fazer sociologia da ciência, segundo o autor, é analisar as condições sociais de produção desse discurso e que são a estrutura e o funcionamento do campo científico. O campo científico é análogo ao acadêmico, pois residem aí tanto as condições de produção (sistema de ciência) como de sua reprodução (sistema de ensino).

Segundo Bourdieu (1983, pp. 122-55), o campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas, é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial pelo monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder político; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente, isto é, de maneira autorizada e com autoridade, que é socialmente outorgada a um agente determinado. Essa legitimidade é, portanto, reconhecida socialmente pelo conjunto dos outros cientistas (que são seus concorrentes), à medida que crescem os recursos científicos acumulados e, correlativamente, a autonomia do campo.

1 Sobre as relações entre o ensino e o mercado de trabalho, coordenei uma ampla pesquisa sobre os egressos dos cursos de Comunicação Social no Brasil. Ver: Maria Immacolata Vassallo de Lopes, 1999.

Ao sublinhar a indissolubilidade entre o saber especializado e o reconhecimento social presente na autoridade do cientista, Bourdieu afirma que a posição de cada um no campo é tanto uma posição científica como uma posição política e que suas estratégias para manter ou conquistar lugar na hierarquia científica possuem sempre esse duplo caráter. Correlativamente, os conflitos epistemológicos são, sempre, inseparavelmente, conflitos políticos e, assim, uma pesquisa sobre o poder no campo científico poderia perfeitamente só comportar questões aparentemente epistemológicas. Resulta, então, ser “inútil distinguir entre as determinações propriamente científicas e as determinações propriamente sociais (políticas) das práticas essencialmente sobredeterminadas” dos agentes envolvidos (Bourdieu, 1983, p. 124).

A importância da noção de campo científico de Bourdieu é essencialmente heurística por diversas razões. Em primeiro lugar, por permitir romper com a imagem hagiográfica que vem normalmente incorporada à noção de “comunidade científica”, mesmo em autores como Kuhn (1976), que dá lugar ao conflito em sua teoria funcionalista da evolução científica. Em segundo lugar porque, dentro da concepção estruturalista que está na base de sua análise do campo, Bourdieu analisa dialeticamente as posições estruturadas com as práticas estruturantes dos agentes (2). As práticas são vistas como estratégias, portanto, como ações refletidas, sempre com o duplo caráter indicado acima (científico e político) e que se orientam como estratégias de conservação/sucessão ou estratégias de subversão. Essas estratégias dependem das posições ocupadas pelos agentes no campo, isto é, do capital científico e do poder que ele lhes confere. Os agentes chamados por Bourdieu de dominantes dedicam-se às estratégias de conservação ou de sucessão (através de seus discípulos) visando assegurar a manutenção da ordem científica com a qual se identificam. Essa ordem, a que ele chama de ciência oficial, não se reduz ao conjunto de recursos científicos herdados do passado que existem,

no estado objetivado, sob a forma de instrumentos, obras, instituições, etc., e, no estado incorporado, sob a forma de hábitos científicos, sistemas de esquemas gerados de percepção, de apreciação e de ação. São também uma espécie de ação pedagógica que torna possível a escolha dos objetos, a solução dos problemas e a avaliação das soluções, que é a essência do sistema de ensino. Complementarmente, existem instâncias especificamente encarregadas da consagração (academias, prêmios) e ainda o sistema de circulação constituído pelas revistas científicas, livros e congressos, que opera em função de critérios oficiais de avaliação.

Temos aí delineado um quadro de análise de grande densidade explicativa. A ciência acaba sendo definida por Bourdieu como um campo de práticas institucionalizadas de produção (pesquisa), reprodução (ensino) e circulação de capital e poder científicos. Entretanto, devido à distinção que ele traça entre formas objetivadas das práticas (rituais) e formas subjetivadas dessas práticas (estruturas mentais interiorizadas, isto é, *habitus*), é possível identificar aí o que outros autores trabalham como sendo as representações sociais (Moscovici). As representações sociais da ciência funcionam como matéria-prima das identidades científicas, fruto das formas simbólicas introjetadas, isto é, da cultura científica interiorizada. Cabe aqui retomar as idéias de ações estratégicas dos sujeitos agentes (*agency*) antagônicas – o antagonismo, seguindo Bourdieu, é o princípio da estrutura e da transformação de todo campo social – que agem no sentido da continuidade (estratégias de conservação) e da mudança (estratégias de subversão). Bourdieu, diferente de Kuhn, acredita ter havido uma revolução inaugural na ciência quando ela se autonomizou dos campos político e religioso, com a revolução copernicana, “que nos dá o paradigma no verdadeiro sentido da palavra” (p. 141). Com o crescimento da autonomia do campo científico, o próprio funcionamento deste, como “ciência normal”, passa a se definir através de “revoluções ordenadas”,

2 Apesar de não reduzir a importância do livro de Giddens (1989), muitos elementos de sua teoria da estruturação já se encontram desenvolvidos em Bourdieu, tanto conceitualmente nas categorias de campo e de *habitus* como no trabalho de pesquisa sobre a categoria do gosto.

como diz Bachelard, ou revoluções permanentes, que estão inscritas na própria lógica da história da ciência, isto é, da polêmica científica. O que leva Bourdieu a afirmar que o campo científico “encontra na ruptura contínua o verdadeiro princípio de sua continuidade” (p. 143). É que o campo provê permanentemente as condições tácitas da discussão que se desenha entre a ortodoxia e a heterodoxia, entre o controle e a censura, por um lado, e a invenção e a ruptura, por outro.

Esta extensa reprodução da análise do campo científico feita por Bourdieu justifica-se, a nosso ver, pelas seguintes razões: para criticar aqueles que apressadamente vêm nas mudanças internas de uma “ciência normal” sempre sinais de “crise de paradigmas”; para impedir que se identifique automaticamente lutas institucionais com lutas epistemológicas ou, dito de outro modo, as conquistas institucionais são condições necessárias, porém não garantem *per se* o fortalecimento teórico de um campo; para evitar que se confunda o subcampo do ensino (reprodução) com o subcampo da pesquisa (produção) dentro do campo acadêmico.

Acreditamos que esse delineamento básico ajudará a esclarecer a questão da disciplinarização do campo da comunicação.

A DIFÍCIL HERANÇA DOS ESTUDOS DISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO

Como vimos, a crítica da ciência não é nova. Qualquer estudo é sempre feito dentro dos quadros de referência herdados do passado de uma ciência, do que é sua história ou sua tradição. Porém, os objetos de estudo, por seu caráter histórico, dinâmico e mutável, colocam permanentemente em xeque essa tradição no sentido de sua renovação e revisão. A tradição é vista como um ponto de partida, na qual enraíza-se a identidade de uma ciência, porém, nunca no sentido de fechar um saber, mas de abri-



lo para dar continuidade à sua construção, pois um saber não é, em essência, nem estático, nem definitivo. É sobre a tensão constante entre a tradição e a mudança no campo científico que reside a base do surgimento de estudos e diagnósticos que buscam sua reestruturação. Como afirma Octavio Ianni, “se as ciências sociais nascem e desenvolvem-se como formas de autoconsciência científica da realidade social, pode-se imaginar que elas podem ser seriamente desafiadas quando essa realidade já não é mais a mesma. O contraponto de pensamento e pensado, ou de lógico e histórico, pode alterar-se um pouco, ou muito, quando um dos termos modifica-se; e mais ainda quando ele se transfigura” (Ianni, 1992, p. 171). Tomada como novo paradigma histórico-social, a sociedade global produz uma ruptura histórica de amplas proporções e em todas as dimensões. No dizer de Ianni, “com as metamorfoses do ‘objeto’ e a simultânea alteração das possibilidades que se abrem ao ‘sujeito’ da reflexão, colocam-se novos desafios não só metodológicos e teóricos, mas também epistemológicos” (Ianni, 1998, p. 34).

Na pesquisa de comunicação, as diversas tradições teórico-metodológicas, tal como nas ciências sociais em escala mais ampla, têm sido postas em revisão nos últimos anos. Em outro trabalho (Lopes, 1998), registrei o aumento das análises autorreflexivas no campo da comunicação (3). A multiplicação de propostas de reformulação teórica dos estudos da comunicação manifesta uma insatisfação generalizada com o estado atual do campo e a urgência de repensar seus fundamentos e de reorientar o exercício de suas práticas. São análises convergentes, se bem que nem sempre complementares, análises que realizam revisões, redefinições, reestruturas, reinterpretções e rupturas com categorias analíticas, esquemas conceituais, métodos de investigação. Não obstante, são análises reveladoras da complexidade e multidimensionalidade dos fenômenos comunicativos num mundo cada vez mais globalizado, multiculturalizado e tecnolo-

gizado, mas também cada vez mais fragmentado e desigual.

O que se nota é um movimento de convergência de saberes especializados sobre a comunicação, entendido mais como movimento de intersecção que não é, em hipótese alguma, uma amálgama ou síntese de saberes. É, antes, um produto das relações entre o objeto de estudo, a especificidade das contribuições analíticas e a particularidade da evolução histórica entre ambos. São os percursos disciplinares já trilhados nas tradições dos estudos da comunicação que autorizam parafrasear Canclini, que diz: “Estudar a (cultura) comunicação requer converter-se num especialista de intersecções” (Canclini, 1999, p. 69).

Por outro lado, isso significa abrir mão das certezas disciplinares e do poder dado pela ortodoxia, a que Giddens chama de “consenso ortodoxo”. Ao contrário, o pensamento heterodoxo impele a estratégias de mudança, como vimos em Bourdieu, e nos leva de volta ao caráter institucional do campo científico.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

O relatório da Comissão Gulbenkian para a reestruturação das ciências sociais, presidida por Immanuel Wallerstein, intitulado *Abrir as Ciências Sociais* (1996), está estruturado ao redor de uma discussão histórica dos processos de disciplinarização das ciências sociais desde o século XVIII até a atualidade.

Há dois pontos polêmicos que constam desse relatório. O primeiro é o de que a divisão interna das ciências sociais em múltiplas disciplinas resultou principalmente de decisões institucionais que quase sempre mantiveram laços fracos com o debate propriamente epistemológico. E o segundo ponto é a proposta de trabalho transdisciplinar com base na crítica da prática interdisciplinar.

O Relatório Gulbenkian tem por base a

3 Mencionei: Raúl Fuentes Navarro, *La Emergencia de un Campo Académico: Continuidad Utopica y Estructuración Científica de la Investigación de la Comunicación*, Guadalajara, Iteco/Universidad de Guadalajara, 1998; Maria Immacolata V. Lopes, “O Estado da Pesquisa de Comunicação no Brasil”, in Maria Immacolata V. Lopes (org.), *Temas Contemporâneos em Comunicação*, São Paulo, Edicom/Intercom, 1997; “Ferment in the Field”, in *Journal of Communication*, vol. 33, 3, 1983; “The Future of the Field”, in *Journal of Communication*, vol. 43, 3 e 4, 1993; “O Pensamento latino-americano em Comunicação”, in *Comunicação & Sociedade*, 25, 1997; “América Latina: Comunicación, Cultura y Nuevas Tecnologías. Teoría, Políticas e Investigación”, in *Telos*, 19, 1989; “La Comunicación en América Latina”, in *Telos*, 47, 1996.

história dessas ciências em seu crescente processo de institucionalização e de mudanças nas formas organizativas do trabalho científico. Detém-se nas mudanças ocorridas a partir de 1945, no pós-guerra, com o desenvolvimento da guerra fria, os investimentos no desenvolvimento científico e a concentração dos pólos científicos em alguns países, com a hegemonia dos Estados Unidos. Entre as conseqüências destas mudanças no âmbito mundial sobressai a questão da validade das distinções no interior das ciências sociais que, baseada em clivagens estabelecidas pelo paradigma da ciência do século XIX para as então nascentes ciências sociais, passa a ser profundamente contestada. Essas clivagens eram: a) a demarcação entre o estudo do mercado (a economia), do Estado (a ciência política) e da sociedade civil (a sociologia); b) a divisão entre o estudo do mundo moderno/ocidental (a economia, sociologia e política) e o mundo não-moderno/não-ocidental (a antropologia); c) do mundo presente (a economia, sociologia e política) e o mundo passado (a história). Posteriormente a 1945, a inovação acadêmica mais importante foi, segundo o relatório, a criação de estudos por áreas ou regiões (URSS, China, América Latina, África, Europa Central, Sudeste Asiático, etc.), uma nova categoria institucional (a geográfica) que levou a um reagrupamento do trabalho intelectual. Esses novos estudos por área eram, por definição, “multidisciplinares” e as “motivações políticas subjacentes à sua origem eram bastante explícitas” (p. 60). Chama-se a atenção para o fato de que os estudos por áreas atraíram para o interior de uma estrutura única pessoas cuja filiação disciplinar atravessava transversalmente as três clivagens já referidas. Cientistas sociais de origens e inclinações diferentes encontraram-se frente a frente com geógrafos, historiadores da arte, estudiosos das literaturas nacionais, epidemiologistas e até geólogos. Passaram a produzir currículos em conjunto, a participar nas bancas de doutoramento dos alunos uns dos outros, a assistir congressos organizados por especialistas de cada área e, principalmente, pas-

saram a ler os livros uns dos outros e a publicar artigos nas novas revistas transdisciplinares de cada especialidade. Estas práticas vieram pôr a nu o muito que havia de artificial nas rígidas divisões institucionais do conhecimento associado às ciências sociais.

Consideramos importante transcrever a avaliação que o relatório faz desse movimento de convergência e de sobreposição entre as disciplinas.

“Não só se tornou cada vez mais complicado achar linhas de diferenciação nítidas entre elas, quer no respeitante ao seu objeto concreto de estudo, quer no que concerne às modalidades de tratamento dos dados, como também sucedeu que cada uma das disciplinas se tornou cada vez mais heterogênea, devido ao alargamento das balizas dos tópicos de investigação considerados aceitáveis. Uma das formas de lidar com esta situação foi a tentativa de criar novas designações ‘interdisciplinares’, como sejam os estudos da comunicação, as ciências da administração e as ciências do comportamento”.

Esses campos “interdisciplinares” manifestaram um “questionamento interno considerável em torno da coerência das disciplinas e a legitimidade das premissas intelectuais que cada uma delas havia utilizado para defender seu direito a uma existência autônoma” (pp. 72-3).

O segundo ponto polêmico do relatório é a proposta de reestruturar as ciências sociais com base no estabelecimento, no interior das estruturas universitárias, de programas integrados de investigação transversais às balizas de demarcação tradicionais, os quais seriam “novas vias de diálogo e de troca para além das disciplinas e não apenas entre elas” (p. 124).

A crítica à interdisciplinaridade é explícita e, não obstante reconhecer-se que se constituiu numa forma de abordagem criativa, ela não teria implicado uma frutuosa fertilização recíproca entre as disciplinas, condição única que faria a interdisciplinaridade merecedora de um maior



aprofundamento e desenvolvimento.

Em trabalho anterior, Wallerstein (1991) já criticara os méritos da pesquisa e do ensino interdisciplinar em seu duplo sentido. O primeiro é o da combinação de perspectivas de diversas disciplinas sobre um objeto (por exemplo, o trabalho) e a lógica dessa abordagem leva à formação de uma equipe multidisciplinar ou a um só pesquisador estudando diversas disciplinas relacionadas ao objeto. O segundo sentido é o da localização do objeto nas fronteiras de duas ou mais disciplinas, sendo que a lógica desta abordagem pode dirigir-se eventualmente ao desenvolvimento de uma nova disciplina autônoma (é o que aconteceu com a lingüística, por exemplo).

“Sabe-se que as múltiplas disciplinas existem desde que há múltiplos departamentos acadêmicos nas universidades em todo o mundo, cursos de graduação nessas disciplinas e associações nacionais e internacionais de pesquisadores destas disciplinas. Isto é, nós sabemos politicamente que diferentes disciplinas existem. Elas têm uma organização delimitada, estrutura e pessoal para defender seus interesses coletivos e assegurar sua reprodução coletiva. Mas isto nada nos diz acerca da validade das exigências intelectuais da separação, exigências que presumivelmente justificam só a rede organizativa” (Wallerstein, 1991, p. 239).

Por isso, os méritos do trabalho interdisciplinar nas ciências sociais não chegaram a solapar significativamente a força dos aparatos organizacionais que protegem as disciplinas separadas. E mesmo o contrário pode ser verdadeiro. Um pesquisador, ao justificar que precisa aprender do outro o que não pode conseguir no seu próprio nível de análise com suas metodologias específicas e que o “outro” conhecimento é pertinente e significativo para a resolução dos problemas intelectuais sobre os quais está trabalhando, tende a reafirmar e não a embaralhar os dois conhecimentos. O trabalho interdisciplinar não é, *per se*, uma crítica da compartimentação existente nas ciências sociais, além de lhe faltar o toque

político para afetar as estruturas institucionais existentes.

Mas, pergunta o autor: as várias disciplinas das ciências sociais são disciplinas? Etimologicamente, a palavra *disciplina* é vinculada a discípulo ou estudante e é antitética à doutrina que é a propriedade do doutor ou professor. Portanto, doutrina concerne à teoria abstrata e disciplina é relativa à prática e ao exercício. A primeira tem a ver com a produção e a segunda com a reprodução do conhecimento.

Na história das ciências sociais, uma disciplina só aparece depois de um longo trajeto de prática quando se torna doutrina, ensinada e justificada pelos doutores e professores. Mas, com isso, pergunta-se o autor, atingiu-se um nível defensável e coerente de análise ou apenas separou-se um assunto?

Todas as divisões em assuntos derivaram intelectualmente da ideologia liberal dominante no século XIX, que argumentava que o Estado e o mercado, a política e a economia eram setores analiticamente separados, cada um com suas regras ou “lógicas” particulares. Sabemos o que as dificuldades de fronteiras causaram nos itinerários intelectuais dos campos (sociologia, política, economia e antropologia), e que eles foram complexos e variados. Porém, como o mundo real evoluiu, a linha de contato entre “primitivo” e “civilizado”, “político” e “econômico” embarçou-se. Invasões intelectuais tornaram-se comuns, porém os invasores moveram as estacas mas não as quebraram.

A questão diante de nós, hoje, é se há algum critério intelectual que possa ser usado para assegurar de um modo relativamente claro e defensável as fronteiras entre as quatro presumidas disciplinas de antropologia, economia, ciência política e sociologia. A “análise do sistema-mundo” (*world systems analysis*), proposta pelo autor, responde com um inequívoco “não” a essa questão. “Todos os critérios presumidos – nível de análise, objeto, métodos, teorias – ou não são verdadeiros na prática ou, se sustentados, são linhas divisórias para um conhecimento adicional mais do que estí-

mulos para a sua criação” (p. 241).

Ou, colocado de outro modo, as diferenças dentro de uma disciplina tendem a ser maiores do que as diferenças entre elas. Isto quer dizer, na prática, que a sobreposição é substancial e nas histórias desses campos ela tem crescido todo o tempo. Isto não quer dizer que todos os cientistas sociais devam fazer um trabalho idêntico. Há sempre necessidade de especialização em campos de estudo (*fields of inquiry*). O autor dá um exemplo esclarecedor de que especialização e disciplinarização não são sinônimos, mas que a segunda é uma forma própria do século XIX para controlar a primeira. Entre 1945 e 1955, as disciplinas separadas botânica e zoologia fundiram-se em uma única disciplina chamada biologia. Desde então a biologia tem sido uma disciplina florescente e gerou muitos subcampos mas nenhum que tenha os contornos da botânica ou da zoologia.

Portanto, os campos de estudo aparecem como um novo padrão emergente a que se pode chamar transdisciplinarização ou pós-disciplinarização (Fuentes, 1998), quer dizer, um movimento para a superação dos limites entre especialidades fechadas e hierarquizadas, e o estabelecimento de um campo de discurso e práticas sociais cuja legitimidade acadêmica e social vai cada vez mais depender da profundidade, extensão, pertinência e solidez das explicações que produza, do que do prestígio institucional acumulado.

Em resumo, a crítica à compartimentação das ciências sociais tem, portanto, a ver com clivagens colocadas por paradigmas histórico-intelectuais do século XIX e que, segundo o Relatório Gulbenkian, são mais clivagens ideológicas e organizativas do trabalho intelectual do que propriamente derivadas de exigências internas do conhecimento, isto é, epistemológicas, teóricas e metodológicas.

Há, entretanto, outro aspecto que deveria ser acrescentado a esse poderoso argumento. Trata-se da relação orgânica entre as ciências sociais e a comunicação na medida em que a sociedade moderna foi sendo cada vez mais plasmada nas formas da

comunicação moderna. Dois exemplos são suficientes: um saber como o da antropologia não seria possível sem o encontro entre civilizações e grupos humanos diferentes em escala cada vez mais intensa, e um estudo como o de Habermas sobre a opinião pública revelando a importância desta na constituição da sociedade civil moderna, e a emergência da idéia de esfera pública ligada aos mecanismos da informação e da comunicação social. Daí, no dizer de Vattimo, “as ciências humanas, ciências que nascem de fato somente na modernidade, estão condicionadas, em uma relação de determinação recíproca, pela constituição da sociedade moderna como sociedade da comunicação. As ciências humanas são ao mesmo tempo efeito e meio do posterior desenvolvimento da sociedade da comunicação generalizada” (Vattimo, 1987). Chega-se assim a definir a intensificação dos fenômenos comunicativos, a acentuação da circulação das informações não somente como um aspecto a mais da modernização, senão como o próprio centro e o sentido mesmo deste processo. É no objeto-mundo “com sentido” que as ciências humanas e a comunicação se encontram. No mundo “comunicado”, que tanto os *media* como as ciências humanas nos oferecem, constitui-se a objetividade mesma do mundo e não somente interpretações diferentes de uma “realidade” de alguma maneira “dada”. A realidade do mundo como algo que enfim não é uma reunião de visões disciplinares do empirismo ingênuo, mas algo que se constrói como contexto de múltiplas narrativas. Tematizar o mundo nestes termos é precisamente a tarefa e o significado das ciências humanas. É neste sentido, também, que o debate metodológico passa a ocupar um amplo espaço nas ciências sociais de hoje, porque discutir a realidade globalizada ou mundializada como paradigma social e epistemológico passa a ser uma questão central e substantiva para desdogmatizar as ciências sociais e discutir a própria construção da ciência como discurso. Admitir o caráter intrinsecamente histórico desse discurso (epistemologia histórica de Bachelard) é reconhecer nas ciências soci-

ais as formas de autoconsciência social em que elas sempre se constituíram (Ianni), através da revelação das pluralidades dos mecanismos e das armaduras internas de sua construção.

A PESQUISA ACADÊMICA DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL OU O PARADOXO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA TRANSDISCIPLINARIDADE DE UM CAMPO

Como vimos, para nós, estudiosos da comunicação, este é um momento histórico particular porque vemos colocada a comunicação no centro da sociedade contemporânea e no seu próprio sentido. É nesse momento que residem as explicações mais plausíveis para a “explosão da comunicação”, a explosão dos cursos de comunicação e, principalmente, a explosão da importância dos estudos de comunicação. Estamos longe das enganosas explicações sobre as fantasias midiáticas dos jovens que fariam crescer vorazmente as faculdades de comunicação ou sobre a inespecificidade dos estudos de comunicação.

É no entroncamento dos processos de institucionalização acelerada dos estudos de comunicação com o crescimento da insatisfação generalizada com a sua disciplinarização no contexto das ciências sociais (Wallerstein) e com a sociedade da comunicação (Vattimo) que se pode identificar a institucionalização transdisciplinar dos estudos de comunicação a que remete o sociólogo italiano Mario Morcellini. Para a comunicação vale a sua metáfora de que ela é “indisciplinada” (Morcellini e Fatelli, 1996), o que a torna um “paradoxo” em face da aceleração do seu processo de institucionalização acadêmica, pelo menos

desde a última década (4). É a preocupação com esse mesmo paradoxo que leva Capparelli e Stumpf à seguinte afirmação:

“A Comunicação, na sua dimensão institucional, procura se organizar de forma autônoma, mas não em termos epistemológicos. Não que os objetos de estudo tivessem se tornado particulares ou que os pressupostos teóricos fossem próprios. Na verdade, a massa crítica sobre o fenômeno criou nichos de pesquisadores situados, em termos profissionais ou burocráticos, nos chamados departamentos de comunicação. Em outras palavras, o campo institucional procurou se especializar. Um paradoxo: procurou se especializar institucionalmente no momento em que a fragmentação aumenta em termos de interfaces e de perspectivas teóricas” (Capparelli e Stumpf, 1998, p. 9).

Não obstante a correção do diagnóstico, meu esforço foi demonstrar que esse paradoxo é aparente, sustentando que, no caso dos estudos de comunicação no Brasil, a sua institucionalização como campo acadêmico é concomitante a uma progressiva afirmação de seu estatuto transdisciplinar. Em outros termos, é um caso de luta para afirmar institucionalmente um campo acadêmico transdisciplinar e afirmar o estatuto transdisciplinar da comunicação. Este estatuto, como tratamos de mostrar aqui, não constitui um caso isolado, mas antes deve ser entendido como fazendo parte de movimento contemporâneo de reconstrução histórica das ciências sociais.

Duas observações decorrem dessa posição. A primeira é que a reestruturação transdisciplinar das ciências sociais não implica dissolver a formação de pesquisadores nem a prática científica em generalidades, mas sim articular nela a experiência e os recursos de diversos ramos e enfoques em uma síntese que, na proliferação de objetos de estudo abordados, conflua enquanto lógica científica para a produção de conhecimento pertinente e consistente, e que responda às necessidades sociais, mais

além das “grupais”, que em todo caso se somariam em uma identidade maior para assim fortalecer-se. A segunda observação é que a transdisciplinarização assim entendida não supõe uma arbitrária e radical dissolução da estrutura disciplinar no institucional, e menos no cognoscitivo ou enquanto processo de formação. É precisamente através da conquista do rigor teórico-metodológico e da ampliação e consolidação do domínio dos saberes até agora fragmentados em disciplinas que nós, pesquisadores nas ciências sociais, poderemos avançar, a partir do espaço acadêmico, juntamente com o nosso tempo sociocultural.

Para concluir, referendamos a análise feita apresentando um breve resumo de um aspecto importante do campo acadêmico da comunicação no Brasil, que é o seu sistema de pós-graduação.

O campo acadêmico da comunicação no Brasil é atualmente constituído por 163 faculdades de comunicação que oferecem 356 cursos de graduação das seguintes habilitações: 118 de publicidade, 116 de jornalismo, 68 de relações públicas, 35 de rádio e televisão, 5 de cinema, 5 de produção editorial e 9 de comunicação social (5). A pós-graduação (6), onde se realiza a pesquisa acadêmica nos níveis de mestrado e de doutorado, é constituída por 14 programas oficiais, que oferecem 20 cursos, sendo 12 mestrados e 8 doutorados. São 371 os professores pesquisadores que atuam nesses cursos. Dos programas, 8 são públicos e 6 são privados. De 1994 a 1998 foram titulados 777 mestres e 271 doutores, totalizando 1.048 titulados, com média anual de 210 titulados, sendo 155 mestres e 55 doutores. Em termos de organização institucional, as características mais marcantes da pós-graduação são: 1) o forte crescimento nos anos 90, quando passou de 8 para 20 cursos; 2) a regionalização, através da constituição de diversos pólos geograficamente disseminados; e 3) o rápido crescimento do número de instituições privadas. Do ponto de vista do campo de pesquisa, os assuntos estudados apontam para uma configuração transdisciplinar. Os principais campos de pesquisa são: estudo

4 Essa crescente institucionalização do campo acadêmico da comunicação possui características próprias em alguns países da Europa, como a Itália, onde os cursos de graduação em comunicação são criação recente, dos anos 90, e se dão num movimento contrário ao que aconteceu no Brasil e na América Latina. Lá, até então, os cursos eram de pós-graduação, tanto como cursos de especialização profissional (Master) como cursos de doutorado, o que fez com que a atividade de pesquisa antecedesse a de ensino no campo.

5 Base: cadastramento/99 da Associação Brasileira de Escolas de Comunicação (Abecom).

6 Os dados que se seguem foram retirados da pesquisa Nupem/Compós, coordenada pela autora, sobre os egressos dos cursos de pós-graduação em comunicação no Brasil e que neste momento se encontra em sua etapa inicial.

de meios; práticas da comunicação; comunicação e cultura, estudos interpretativos e semióticos; sociabilidade, subjetividade e comunicação; comunicação, arte e literatura; estudos de recepção; teoria e epistemologia da comunicação. As interfaces são

estabelecidas preferencialmente com as ciências humanas e sociais (filosofia, ética, estética, história, política, economia, sociologia) e com as ciências sociais aplicadas (ciências da informação, administração, educação, direito).

BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, Pierre. *El Oficio de Sociólogo*. México, Siglo XXI, 1975.
- _____. "O Campo Científico", in *Bourdieu* (Col. Grandes Cientistas Sociais). São Paulo, Ática, 1983.
- _____. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE. *O Pensamento Latino-americano em Comunicação*, nº 25, 1997.
- CANCLINI, Néstor García. "De Cómo Clifford Geertz y Pierre Bourdieu Llegaran al Exilio", in Rossana Reguillo y Raúl Fuentes (coords.), *Pensar las Ciencias Sociales Hoy*. Guadalajara, Iteso, 1997.
- CAPPARELLI, Sérgio e STUMPF, Ida. "A Constituição da Comunicação Como Campo de Conhecimento Multidisciplinar", in *I Conferência Científica da UFRGS*. Porto Alegre, 1998 (mimeo.).
- FUENTES, Raúl. "Institucionalización y Postdisciplinización de las Ciencias Sociales en México", in Rossana Reguillo y Raúl Fuentes (coords.), *Pensar las Ciencias Sociales Hoy*. Guadalajara, Iteso, 1998.
- GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- IANNI, Octavio. *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1992.
- _____. "As Ciências Sociais na Época da Globalização", in *Revista Brasileira de Ciência Sociais*, vol. 13, nº 37, 1998.
- JOURNAL OF COMMUNICATION. *Ferment in the Field*, vol. 33, 3, 1983.
- JOURNAL OF COMMUNICATION. *The Future of the Field*, vol. 43, 3 e 4, 1993.
- KUHN, Thomas. *As Estruturas das Revoluções Científicas*. São Paulo, Perspectiva, 1976.
- LOPES, Maria Immacolata V. "O Estado da Pesquisa de Comunicação no Brasil", in M. I. V. Lopes (org.), *Temas Contemporâneos em Comunicação*. São Paulo, Edicom, 1998a.
- _____. "Por um Paradigma Transdisciplinar da Comunicação". V Ibercom-Encontro Ibero-americano de Ciências da Comunicação. Porto, 1998b (mimeo.).
- _____. (coord.). *Campo Profissional e Mercados de Trabalho em Comunicação no Brasil*. São Paulo, Abecom, 1999 (no prelo).
- MORCELLINI, Mario e FATELLI, Giovambattista. *Le Scienze della Comunicazione*. Roma, La Nuova Italia Scientifica, 1996.
- TELOS. *América Latina: Comunicación, Cultura y Nuevas Tecnologías. Teoría, Políticas e Investigación*. Madrid, nº 19, 1989.
- _____. *La Comunicación en América Latina*. Madrid, nº 47, 1996.
- VATTIMO, Gianni. "Ciencias Humanas y Sociedad de la Comunicación", in Jesús Martín-Barbero e Armando Silva (comp.), *Proyectar la Comunicación*. Colombia, Tercer Mundo, 1997.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Unthinking Social Science*. Cambridge, Polity Press, 1991.
- _____. et al. *Para Abrir las Ciencias Sociales*. Lisboa, Europa-América, 1996.

